



Anais da Assembléia

Nº 41

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1978.

ANO IV

42ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 1978.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Quielise Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Gilberto Carvalho, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob o n.º 215/78, do Senhor Governador do Estado, em atendimento ao que dispõe o Artigo 47, inciso XV, da Emenda Constitucional n.º 03, de 29 de maio de 1971, no qual encaminha a esta Casa, os documentos constitutivos da prestação de contas do exercício financeiro de 1977, da administração direta e indireta do Estado do Paraná, representada pelo balanço geral do Estado, balanço global consolidado, e mais quatro anexos. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 136/76, que visa doar à Fundação Instituto de Terras e Cartografia área de terras no lugar denominado Ruínas de Santo Inácio, no Município de Santo Inácio.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 13/78, Lei Orgânica da Pre-

vidência Social que trata de contagem de tempo de serviços prestados sobre o regime da Lei Federal n.º 3807.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje, do Sr. ANIBAL MANFRONI.

Tal passamento vem consternar a sociedade de União da Vitória, uma vez que o extinto, pessoa das mais relacionadas naquela cidade, era comerciante e industrial, deixa grande lacuna no seio de sua família e no rol de suas amizades.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada, rua Professora Amazília, n.º 195, União da Vitória.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário, requer seja enviado apelo aos Ex.ºs Senhores Ministro da Fazenda, MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN e ao Ministro da Agricultura, ALYSSON PAULINELLI para que sejam postas em execução com urgência, as medidas de amparo às lavouras frustradas tão amplamente anunciadas pelo Governo.

Veze inúmeras, temos ocupado a nobre tribuna desta Casa para dizer de problemas da agricultura e da pecuária paranaense, atividade a que também nos dedicamos há muitos anos.

Não é segredo que há três anos, a lavoura tritícola vem sendo prejudicada.

A longa estiagem que se abate sobre nosso Paraná tem atingido igualmente a soja e os demais produtos agrícolas, inclusive o café em sua qualidade ou tipos.

Os próprios meios oficiais já informam que a nossa balança de exportação sofrerá uma redução da ordem de oitocentos milhões a um bilhão de dólares, com reflexos negativos na arrecadação federal, estadual e municipal.

Mas os produtores, entretanto, são as grandes vítimas, porque confiando nas atividades agrícolas fizeram empréstimos para o custeio das lavouras, e investimos em melhoramentos da empresa agro-pastoril.

Tomando em consideração as exposições feitas por nossas autoridades, ficou decidido a prorrogação dos prazos de vencimentos dos débitos, por um e por dois anos, conforme seja a finalidade do empréstimo e mais a concessão de um empréstimo à base de 450 cruzeiros por hectare para as lavouras frustradas com o plantio de trigo. Foi essa a melhor solução encontrada, muito embora, essa solução represente o aumento de nossas dívidas com os acréscimos legais de juros, comissões e etc.

Espera-se, entretanto que ultrapassada a fase crítica da estiagem, as novas produções consigam uma comercialização mais razoável, mais justa de modo a possibilitar a liquidação dos débitos prorrogados e dos novos contraídos.

Mas, Senhores Deputados, é urgente que se insista com quem de direito que as salutares medidas ditas pelos órgãos federais sejam imediatamente postas em execução para trazer aos agricultores o mínimo de tranquilidade necessária para

subscriver contratos de prorrogação de dívidas e de assunção de outras o que só é feito por não ser possível deixar de explorar capitais investidos na agricultura e na pecuária, e porque se pretende atender à convocação da administração pública federal e estadual em ampliar a produção agrícola, como a única maneira conhecida de atender ao mercado de consumo interno e o de promover a exportação do excedente para a dura conquista de moedas fortes indispensáveis aos planos de desenvolvimento do Paraná e do Brasil, e o de promover em prazo razoável o equilíbrio de nossa balança de exportação e importação!

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1978.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado e ao Senhor JOSÉ MARIA DE AZEVEDO, Diretor do Instituto de Previdência do Estado - IPE, no sentido de ser determinada a implantação de um ambulatório daquele Instituto de Previdência que atenda a toda microrregião de Cascavel.

Tal apelo se faz, em virtude do grande número de funcionários estaduais localizados na micro região de Cascavel, e que quando necessitam atendimento ambulatorial do seu Instituto de Previdência e Assistência Médica, são obrigados a deslocamentos, que além de acarretar prejuízos financeiros, acarretam prejuízos à Administração Estadual para a qual prestam serviços.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, Karlos Richbieter, solicitando a criação de uma agência no Município de São João do Ivaí, um dos mais prósperos do norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Município de São João do Ivaí é um dos mais prósperos da região norte, sobretudo por sua atividade agrícola. Com uma área de 36.000 alqueires, subdividida em 4.700 propriedades agrícolas, dista cerca de 45 km do Município de Ivaiporã, agência mais próxima do Banco do Brasil.

Grande produtor de café, com 10 milhões de pés, tem para 1978, uma produção estimada de 600 mil sacas.

Sua laboriosa população atinge 80.000 habitantes e reivindica a criação da agência local do Banco do Brasil, o que incrementará ainda mais o desenvolvimento econômico da região.

Esta Assembléia associa-se às vozes das lideranças do município encarecendo o atendimento a tão justa aspiração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor DOUTOR OSIRES STENGHEL GUIMARÃES, digníssimo Secretário dos Transportes, no sentido de que seja feita a imediata determinação, para a recuperação da pista asfáltica da BR-376, rodovia Apucarana a Maringá, conforme está mencionado acima, bem como da construção de acostamentos no citado trecho.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Temos observado que um dos poucos trechos que não tem recebido nenhum tratamento, absolutamente nada de melhorias por parte do Departamento de Estradas de Rodagem, é o referido trecho acima mencionado, no que o transforma sem dúvida alguma, no pior trecho de asfalto, de toda a Rodovia do Café, além de ser a causa de constantes danos nos veículos que por ali trafegam, é também um dos principais motivos da causa de acidentes, exatamente pelo estado lastimável que se encontra a pista asfáltica daquela rodovia, que serve como rodovia de escoamento dos veículos que vindos de outras rodovias existentes em outras regiões do Estado, forçosamente são obrigados a nela transitarem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de ofícios aos Excelentíssimos Senhores, Alysson Paulinelli, Ministro da Agricultura e Rubem Noé Wilker, Superintendente da Sunab, nos seguintes termos:

Excelência:

A Assembléia Legislativa do Paraná, vem respeitosamente à presença da Vossa Excelência, atendendo o anseio da comunidade londrinense apelar no sentido de que se determine a instalação de uma "Agência da Sunab" em Londrina, visando proteger e amparar o consumidor local e da região Norte do Estado.

Grande é o movimento com o objetivo acima focalizado naquela comunidade, estando a liderá-lo a "ADUC", Associação do Usuário e Consumidor, que através do desempenho abnegado de seus dirigentes, encontrariam as soluções para os problemas com que se defrontam no setor, com a criação da pleiteada agência da Sunab para Londrina.

Certos da atenção de Vossa Excelência, e na expectativa do atendimento da justa reivindicação, apresentamos as nossas Cordiais Saudações

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1978.

(a) DEL CIEL

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 48/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Centro Espírita Emmanuel", com sede e foro na cidade de Jaguapitã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1978.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade, segundo a documentação que anexamos ao presente, preenche todos os requisitos essenciais, previstos pela legislação estadual reguladora da matéria.

As atividades que a mesma vem desenvolvendo no campo da assistência junto à comunidade de Jaguapitã, se revestem de mais alta relevância, o que já proporcionou o seu reconhecimento público no âmbito municipal, através da Lei n.º 09/77 de 06/07/77.

Com isso estamos apresentando o presente plano de lei que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 49/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, as "Aldeias

Cristãs SOS", com sede e foro na cidade de Goio-Erê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1978.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços, no campo da assistência social junto à comunidade de Goio-Erê, recebendo inclusive o reconhecimento público municipal, através da Lei n.º 827/06/77 de 22/12/77.

A documentação que anexamos ao presente comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual, reguladora do instituto da utilidade pública.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 50/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Instituto Pio XII, com sede na cidade de Quatro Barras, e forum nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora estamos propondo para que seja declarada de utilidade pública, e que pertence à pequena Obra da Divina Providência, vem prestando inúmeros e inestimáveis serviços à comunidade de Quatro Barras, principalmente no campo da assistência social, o que já lhe grangeou o reconhecimento público municipal, através do Decreto Municipal número 06/75, e conseqüentemente o seu registro junto ao Conselho Nacional do Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura, sob o número 68.461/57 e inscrito junto ao Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob o número 75.797.282/0001-07, estando portanto apta para ser reconhecida como de utilidade pública.

O presente projeto de lei que ora estamos apresentando, visa o reconhecimento público estadual, a uma entidade que vive exclusivamente do esforço de seus diretores e associados, que mesmo sem receberem qualquer tipo de remuneração, aplicam os seus tempos de lazes, em prol daqueles menos favorecidos, numa demonstração que o problema social, não é somente um problema de governo, mas um problema de todos aqueles que com um pouco de boa vontade, podem também ajudar a resolvê-los. Desta maneira temos certeza de podermos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 51/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano de Obras, a pavimentação asfáltica da estrada que começa na divisa de Curitiba até Campo Magro e Bateias, fazendo em primeira etapa, a ligação entre Curitiba e Campo Magro, e posteriormente Campo Magro a Bateias.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1978.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Campo Magro é Distrito do Município de Almirante Tamandaré, que será beneficiado pelo asfaltamento, além de

Ouro Fino e Bateias.

Esta é uma estrada que liga Curitiba ao Norte do Estado, e é uma área grande produtora de batatas, produzindo de 250 a 270 mil sacas anuais, sendo responsável por grande parte do abastecimento de batatas para Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.

A renda produzida por esta região, para o Estado, é bastante volumosa, e nada mais justo que agora sejam aplicados recursos do Estado em benefício de tal região, que será compensada por todo o esforço aplicado em prol do Paraná, e isto sem dúvida, contribuirá para o progresso e desenvolvimento de nosso Estado.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a honra de registrar a presença do Dr. Luiz Antônio Fayet, Presidente do BADEP, que, hoje pela manhã, debateu aspectos da economia paranaense na CPI instalada nesta Assembléia Legislativa.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — (Lendo):

"Senhor Presidente e Senhores Deputados:

A seca que assola o Centro-Sul do Brasil é a pior dos últimos vinte anos, estão declarando os técnicos.

O Governador Jayme Canet se deslocou até Brasília para alertar o Governo Federal, dizendo que até agora a economia paranaense perdeu mais de dezoito bilhões de cruzeiros ou um bilhão de dólares.

Ao comentarmos o quadro de crise que se estabeleceu no "hinterland" paranaense, queremos destacar o acompanhamento que o Governo Estadual vem dando ao problema reclamando urgentes medidas de apoio federal.

Apoio que chegou em parte. A união reconheceu a gravidade do problema e prorrogou os débitos contraídos pelos lavradores para o custeio da última safra de soja, milho, arroz etc. Ao tempo em que liberou um pequeno crédito de emergência para dar algum dinheiro aos agricultores que nada tendo colhido estão sem recursos até para o sustento das famílias.

Mas isto, é claro, não basta. O que preocupa é o volume de renda interna que deixou de ingressar nos bolsos dos agricultores. É dinheiro que não entrou e nem vai circular pelas cidades do interior do Paraná, trazendo dificuldades aos comerciantes, aos industriais, às empresas prestadoras de serviços e ao Tesouro Estadual. Este já perdeu mais de 30% de sua receita orçada para 1978.

Este é o quadro difícil com o qual vamos conviver neste exercício, obrigando a uma contenção forçada dos orçamentos públicos e privados. Além de não termos praticamente soja para exportar, gastaremos mais divisas com a importação do trigo, porque a época do plantio está passando e a chuva necessária não chega.

Nesta altura é preciso reclamar do Governo Federal um acompanhamento continuado do quadro agrícola, a fim de permitir as importações a tempo hábil e liberar os financiamentos de safra quando chover, para que o grão-semente chegue ao solo em tempo.

Assim sendo, é necessário que haja agilidade na liberação dos créditos, o lavrador pode perder o pouco tempo que lhe resta para a lavoura de cereais de inverno.

Já que a dificuldade está conosco, todas as medidas de alívio são esperadas, a fim de que possamos superar a pior seca dos últimos 20 anos."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna para, neste Pequeno Expediente, inicialmente contestar a S. Ex.^a que se encontra presente, Deputado Líder da Arena nesta Casa, se proceda as suas alegações na imprensa e enfaticamente vasada no jornal "O Correo de Notícias" de hoje. Salienta o eminente Deputado que não houve qualquer acordo para que a emenda constitucional, de que trata a proporcionalidade na aposentadoria para o funcionalismo público, não existira, mas, me penitenciando novamente, agora com este Deputado a quem sempre tributei especial respeito, mas venho para deixar registrado desta tribuna nos Anais desta Casa que, S. Ex.^a, efetivamente, na minha presença, na minha vista e na vista do Deputado que respondia pela liderança, Nilso Sguarezi, afirmou que a Arena aprovaria a emenda constitucional.

E perguntou a esta Deputado, naquela oportunidade, Se Minas Gerais não estava com a emenda sub-júdice, eu afirmei a S. Ex.^a que Minas Gerais não estava, São Paulo é que teria já ido à Justiça e que a emenda teria sido dada como constitucional, permitida pelo Tribunal de Justiça, e que estava em grau de recurso, provavelmente em grau de recurso no Supremo Tribunal Federal.

Ademais, cita o Senhor Deputado, nesta mesma imprensa, que é vedado ao constituinte de 2.º grau ou derivada, a proposta de emendas constitucionais que, alguns, de alguma maneira formulem, modifiquem, estendam matérias relativas de funcionários públicos, como é o caso da emenda que está em votação.

Inicialmente, eu diria, se a emenda constitucional fosse eivada do vício da inconstitucionalidade, haveria de ser, também, o projeto de lei ordinária, que visa modificar os Estatutos do Funcionário Público e que teve a aprovação de todos os Srs. Deputados nesta Casa, tanto da Arena como do MDB, e, este projeto, apesar de o seu autor ir para a tribuna dizer que nós havíamos copiado aquela proposta, nós chegamos aqui, desta tribuna, e provamos quem copiou de quem.

E não é só isto. Ocorre por outro lado, que, quando se trata de iniciativa de emendas do MDB, a Arena se articula, se agrupa, se entende, se cochicha e sai do Plenário para não haver número para a votação. Isto não ocorreu somente neste caso, ocorreu com o Estatuto do Magistério, ocorreu com outras matérias que esta Assembléia precisava apreciar. E, se Sua Excelência tivesse razão, no dia 19 de abril fazia parte, da Ordem do Dia, a chamada Modificação Constitucional do Estado, para adaptação do "pacote de abril". Se realmente tivesse guarida, a sua tese se encontrasse abrigada na melhor luz do direito, na melhor luz dos constitucionalistas ou na melhor luz do consenso do povo paranaense que aqui se encontra representado, não haveríamos de aprovar emendas propostas pelo eminente Deputado, e que o artigo 41 do § 5.º, trata do Tribunal de Contas do Estado, que também trata desta matéria, e o artigo 57, que trata do funcionalismo público e que também é Ministério Público, do artigo 58, que também é funcionalismo público, do artigo 63, § 4.º, do artigo 79, e assim por diante, porque, quase todos os artigos levados a efeito e aprovados nesta Assembléia, de forma duvidosa e vejam, Srs. Deputados, que a possíveis vícios levantados por Sua Excelência só existem, quando a proposta é do MDB, eis que, quando a proposta é da Arena, busca-se do jeito que for possível se buscar, para fazer número neste plenário e dar apoio e ter o apoio dos Srs. Deputados. Aí está o Paraná, já sabendo das manobras que se estão realizando, para trazer prejuízo para a Oposição, até a forma pela qual se envereda, se caminha, se colocam os posicionamentos, desta tribuna, para que a imprensa seja levada a erros de informação, à informação de forma errônea, ao leitor ou, aos eleitores paranaenses.

Sr. Presidente, quero concluir, porque sei, V. Ex.^a, atendendo o Regimento, buscará já, limitar o meu prazo. Mas, somente para dizer que se trata de uma obstrução, como aconteceu, Sr. Presidente, no caso, quem sabe, do PROBEN e de tantos outros, que esgota prazo nesta Assembléia, para que os culpados, ou melhor, que as pessoas que possam estar envolvidas nesta manobra de retardamento não venham à luz, para responder pelos atos que são praticados.

Então, Sr. Presidente, deixo aqui mais uma vez o meu protesto, antes porém, quero fazer um apelo, que os Srs. Deputados aprovelem pelo menos, numa demonstração de que realmente, desejam o benefício do funcionalismo público do Estado, para estabelecer um critério de justiça e de direito, na sua conquista pelos anos de trabalho que vem tendo. Como previa a Carta Constitucional de 67, é esta a última, a derradeira palavra que declino desta tribuna, neste sentido e neste dia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, inscrito.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia voltar a esta tribuna, para debater a proposição que consubstancia a emenda constitucional, visando alterar o cômputo de tempo de serviço para aposentadoria.

Já o fiz na tarde de ontem e espero, que tenha sido de maneira definitiva. Todavia, o orador que me antecedeu me obriga a retornar a esta tribuna para manifestar claramente, de que em nenhum momento assumi compromisso formal de aprovação da emenda constitucional...

(Respondendo interferência do Deputado Tolentino)

Eu não permito aparte porque é Pequeno Expediente, não o solicitei de V. Ex.^a, quando também falou nele.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência assegura a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — ... Não me comprometi com nenhum Deputado do MDB, no sentido de que a bancada de nosso Partido votaria favoravelmente à emenda. Disse e repito que não me opunha e tanto não me oponho, que deixamos a questão aberta para que cada Deputado vote como bem entender. Todavia, ratifico o meu entendimento, de que a emenda proposta é três vezes inconstitucional: inconstitucional porque é proposta pelo Poder Constituinte, constituído, ao qual está vedado apresentar propostas que tratam de matéria pertinente ao funcionalismo público; inconstitucional, porque viola o princípio da isonomia, dando a uns, maiores vantagens que a outros. E inconstitucional, porque violenta o comando contido na Constituição atual, que determina que a aposentadoria se dê após 35 anos de serviços prestados. Evidentemente, que não iria eu, violentar a minha consciência jurídica, se desse meu assentimento à aprovação desta matéria. E digo mais, cometeu o Deputado que me antecedeu, o equívoco, e mais do que isso, um palmar erro de ordem jurídica, pretendendo que as emendas que apresentei com o apoio da maioria desta Assembléia, e que obtiveram a aprovação, contivesse matéria pertinente a funcionário público. Na realidade, o que fiz foi simples adaptação do nosso Texto Constitucional à Carta Federal, como efetivamente deve ser dentro da melhor sistemática jurídica. Qualquer bacharel, por mais desinformado que seja, deverá saber que as constituições estaduais, devem guardar uma consonância com a Carta Federal, porque é da sistemática de nosso ordenamento jurídico, que as constituições estaduais se adaptem em tudo que couber, à Constituição Federal.

Razão pela qual, em minhas emendas, efetivamente há, algumas matérias que dizem respeito a funcionalismo público. Mas, quando assim é, é pura e simplesmente para guardar simi-

litude com a Constituição Federal.

Comete portanto, o nobre Deputado, um elementar erro jurídico.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se houve falha no processo é preciso que se diga; se houve falha de palavra, e agora é o momento de dizer — se houve falha de palavra, houve por parte da bancada do MDB. Porque havia a nossa bancada se entendido com a Liderança do MDB no sentido de que as propostas contidas na emenda que apresentei fossem por ela também aprovadas. No entanto, tivemos ainda que fazer sérias concessões à bancada do MDB, para que vissemos aprovada com o assentimento daquela bancada, a referida emenda constitucional.

Isso precisa ficar claro, límpido e meridiano, para que não se impute a mim a falta de palavra, quando falta houve, isto sim, por parte da bancada do MDB, e aqui isento o Deputado Enéas Faria, que não se encontrava naquele momento em Plenário.

Ratifico todas as considerações expostas pelo orador que me antecedeu. Ratifico a minha posição de não ter assumido compromisso solene e formal no sentido de aprovar tais emendas, principalmente porque são elas manifesta e claramente inconstitucionais.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usamos da palavra, no dia de hoje, por desencargo de consciência, e deixar registrada, realmente, a situação que tivemos oportunidade de encontrar no interior do Estado do Paraná, nesses dez dias que percorremos o Sudoeste, o Oeste e parte do Norte.

Sem dúvida é lamentável a situação por que passa o nosso Estado hoje. Não sei se é mais triste o que os moradores das cidades passam, ao abrir uma torneira e não encontrar água e ter que ir buscá-la a 3, 4 ou 5 quarteirões, numa torneira pública, ou se a situação por que passa o nosso lavrador.

Como dissemos, tivemos oportunidade de visitar a região de Capitão Leônidas Marques, Salgado Filho, Marmeleiro, Bituruna, Renascença, Barracão, Santo Antônio d'Oeste, Pérola d'Oeste, Ampere, Realeza, enfim, visitamos, nesses dez dias, 50 e poucas cidades do Estado do Paraná, mantendo contato não somente com os órgãos representativos destes municípios, mas especialmente, conversando com lavradores, com agricultores. E o desespero, realmente, a falta de esperança, da maioria deles, é evidente. Basta que aqueles que nós conversamos, ainda com sua terra totalmente preparada, ou mesmo aqueles que estão no finalzinho da colheita da soja, não acreditem mais numa recuperação para este ano, principalmente para a lavoura de trigo.

Poucos agricultores acreditam ainda na vinda da chuva salvadora para que se possa, ainda este ano, plantar o trigo e de uma certa forma, amenizar os prejuízos.

Não o grande agricultor, mas principalmente o pequeno, que está com sua dívida prorrogada, mas que, de qualquer forma, o peso ainda continua, porque ele sabe que vai ter que pagar daqui um ano, daqui dois anos, mas sabendo ele de que na realidade se ele não plantar este ano, principalmente o trigo, o que vai acontecer para os meses de julho, agosto, quando não tem absolutamente nada para colher, nada para vender.

Realmente, a situação é de desespero, destes lavradores. E nós temos dito em todo o interior do Paraná, onde temos andado, de que "há males que vêm para o bem". Aquilo que muitos do Poder político vivem reivindicando, aquilo que as entidades classistas, sejam sindicatos, sejam cooperativas, vivem constantemente batendo na tecla há muitos e

muitos anos, para uma mudança na política agrícola brasileira, principalmente no setor econômico brasileiro, ao setor agrícola, talvez esta estiagem hoje está, realmente, trazendo sérias dificuldades para o nosso Estado, para o homem do interior, principalmente para o lavrador, que seja na realidade, e tomara que seja realmente, um advogado de que realmente neste País precisa-se urgentemente mudar a política no setor agrícola.

Há necessidade de um melhor entrosamento. Nós precisamos parar de ler nos jornais a desavença que está havendo hoje entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda; dois Ministros não se entendendo, dois Ministros do mesmo Governo falando para o mesmo setor em linguagem diferente.

Enquanto isto estiver acontecendo, e juntando ao momento crítico que nós estamos atravessando agora, nós só haveremos de perder. Nós estamos entre aqueles e acredito que todos os Deputados estejam, rezando para que não aconteça, mas vamos supor, porque não é imprevisível, não é difícil de tornar a acontecer, nós não queremos dar uma de "pé frio", e nem agourar para o Paraná catástrofe maior, mas vamos supor que neste final de ano, no começo do ano que vem, se aconteça a mesma coisa que está acontecendo este ano, aonde é que nós vamos buscar comida para a população, para o povo brasileiro?

E sabemos nós também que não é só Paraná que está sofrendo, é o Rio Grande do Sul, é Santa Catarina, é o Paraná, é parte de Goiás, é o sul do Mato Grosso, é o Estado de São Paulo, em suma, toda a Região Sul hoje, responsável pela produção de 80 por cento de toda a produção agrícola nacional, está definitivamente sofrendo e passando por amarguras realmente terríveis.

Há necessidade, como eu disse, de se fazer uma política planejada, se até no Antigo Testamento, na Bíblia, o próprio Governo poderia ir buscar inspiração, está lá: quando o antigo Rei do Egito, o Faraó sonhou com aquelas 7 espigas murchas e 7 viçosas, com 7 vacas gordas e 7 magras, e chamando José para interpretar o seu sonho e acatando a interpretação, ele saiu daquela dificuldade. Como? Através de um planejamento, quando sentiram a necessidade de produzir em grande quantidade, e de armazenar para a época em que não houvesse produção, quando então eles teriam alimentos para dar àqueles a quem o Faraó governava e quem ele liderava. Ainda, na Escritura, diz que, aqueles que não acreditaram, tiveram suas populações dizimadas através de uma série de pragas.

Assim é hoje. Nós estamos vendo que há necessidade de um planejamento agrícola, e que não podemos somente confiar no tempo e na benevolência de São Pedro. Há necessidade de se impor uma política realmente responsável e planejada, à agricultura. Há necessidade de se estocarem nos armazéns, produções, não somente para se regulamentar preços, mas também, para que na época em que o produto vier a faltar, nós tenhamos estoques armazenados para que a população não venha a sofrer, para que as populações possam ser abastecidas.

Hoje nós estamos percebendo os efeitos, estamos com as notícias aí, para os suinocultores, notícias de certa forma alentadoras, de que o próprio Governo comprou milho a 75 cruzeiros e vai vender hoje, ao suinocultor, a 120 cruzeiros.

Não vamos criticar que realmente se venda a 120 cruzeiros ao suinocultor, mas, por que não permitir ao suinocultor um preço mínimo compatível, para que ele possa por o seu produto no mercado? Nós estamos vendo que somente uma faixa está caindo em prejuízo. Agora, o suinocultor vai adquirir este milho a 120 cruzeiros, ao vender o suíno ao preço que está vendendo, não encontra compensação. Nós estamos vendo aí.

Há dois dias foi decretado o novo salário-mínimo. Será que este salário-mínimo vai ser suficiente para a maioria da população brasileira aguentar este arrocho pelo qual está passando hoje?

Então há necessidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que realmente haja um planejamento, que se trate do homem da agricultura, do lavrador, realmente com mais atenção para, quando a gente chegar lá no interior e conversar com eles, eles saibam que o Governo não é culpado, mesmo então sabendo que o Governo não é culpado de uma estiagem, eles sintam a presença dos homens do Governo, a presença da política agrícola. Isto é o que gostaríamos que acontecesse ao lavrador.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Ex.^a permite um aparte? —

(Assentimento) V. Ex.^a que sempre tem tratado com seriedade o problema da agricultura nesta Casa, sabe que realmente é altamente preocupante a situação da nossa Região Oeste, Sudoeste, Noroeste, afinal, a situação do Sul do País. Mas de modo especial eu falo do Oeste do Paraná, porque há uma peculiaridade na região Oeste do Paraná:

A terra, está toda descoberta, completamente desarborizada; a paisagem verde que cobria a região, foi despida, pela obra do homem; o sol intenso está impedindo a germinação da semente do trigo e o pouco que nasceu, já nasceu morrendo, porque claudicante, não teve condição de sobreviver ao sol forte e à terra quente.

E realmente V. Ex.^a tem razão, quando diz que as autoridades precisavam ter uma preocupação peculiar, se é que as autoridades pensam no equacionamento econômico do nosso País.

Eu já manifestei a minha contrariedade a este pensamento, a esta filosofia. Porque o Governo não faz crer que ele esteja preocupado com isso. E é, Deputado, necessário, uma modificação urgente, não só na política econômica. Esta política de entesouramento de riquezas nos cofres públicos, na mão de meia dúzia de multinacionais, de banqueiros, e de homens que lidam no câmbio financeiro-internacional.

A preocupação precisa ser colocada a nível de trabalhador; a nível de agricultura, porque é da agricultura que temos 70 por cento das nossas divisas. Pouca é a contribuição da indústria, e grande parte dela, deriva de produtos agrícolas. E a produção do Sul do País, é a que dá sustentação a este País. E ao lado deste fenômeno, um outro mais grave está surgindo, a proliferação de favelas, o homem saindo do campo, indo para as pequenas cidades, se aboletando, se agrupando, e aí vem o desemprego, como é o caso de Cascavel, que tem mais de dez mil desempregados, só da região, da micro região. É assustador o panorama, Deputado; é assustador, preocupante, o índice de criminalidade, de doenças, até de doenças infecto-contagiosas, e aquelas derivadas da aplicação de adubos, de inseticidas, de fertilizantes; assusta mais isso: as consequências. Mesmo que venha chuva, não vai suprir as deficiências causadas por este interregno. Enquanto exportam pedras preciosas de Minas Gerais, eu quero pedir permissão a V. Ex.^a, erradicando o tesouro escondido que a natureza deixou para o brasileiro, exportam 1.500 toneladas de pedras preciosas por ano, a 192 dólares o quilo, lá fora. É negociada depois de lapidada, a 50 mil dólares o quilo.

Isto corresponde a 38 bilhões e meio de dólares, Deputado. Daria para sobrar dinheiro no pagamento das dívidas externas.

Não se compreende mais a sociedade, a família brasileira, não sabe onde se apegar. E esta Revolução foi criada, inventaram este binômio "Segurança de Desenvolvimento".

Para realmente, esta foi a filosofia: para modificar a vida do homem brasileiro, e nada de bom trouxe. Porque o homem está agonizante, sem condições de emprego e sem condições de salário, a agricultura sufocada.

E é para me parabenizar com V. Ex.^a pela preocupação que V. Ex.^a tem e traz; e as autoridades porque não ouvir, deixar de ser invencível, precisa ouvir, porque senão a História vai condená-los.

E nós estamos deixando registrado na História desta Casa, a preocupação de homens que representam o povo. Parabenizo-me com V. Ex.^a. Obrigado.

O Sr. Gabriel Sampaio — V. Ex.^a permite um aparte? — (Assentimento) Deputado Lázaro Dumont, naturalmente é para parabenizá-lo e também dizer que comungamos das suas preocupações. E fica um detalhe que V. Ex.^a feriu no seu pronunciamento, que eu gostaria de destacar: É que os prejuízos causados por problemas ocorridos na agricultura, muitas vezes, os homens da cidade ou aqueles que não têm o contato direto com o lavrador, ou militando diretamente na agricultura, não sabe que todas as catástrofes que acontecem na agricultura são pagas pelos agricultores.

Muitas vezes, vemos nos jornais que o Governo, através do Banco do Brasil, ou de outras entidades, vêm em socorro dos agricultores, adiando dívidas.

Verificamos o seguinte: essas dívidas são pagas pelos agricultores. A geadas de 75, que deu um ônus imenso à cafeicultura deste País, especialmente, está sendo paga — e vai ser paga ainda por muitos anos — pelos agricultores. Muita gente acha que o Governo, prorrogando as dívidas, está proporcionando ao agricultor as coisas necessárias. Fazemos com isso, um paralelo, Sr. Deputado, que quando se vislumbra na agricultura um fato raro de acontecer, ou seja, uma grande safra, um preço muito bom, acontece o que aconteceu o ano passado com a soja, que foi de alta produtividade. E o Governo então resolveu fazer o confisco, negado anteriormente pelo próprio Governo.

Então, o que precisamos entender é que a agricultura depende de fatores que independem do trabalho do agricultor, do lavrador.

Portanto, quando uma safra é boa, como foi a de soja, no ano passado, quando o preço é compensador, tem-se que deixar que o lavrador faça um pequeno pecúlio para que possa, então, quando nos anos das vacas magras que hão de vir, porque é normal e cíclico, para que eles possam, com essa economia, dar condições de sobrevivência às suas famílias.

A preocupação de V. Ex.^a é real: o homem não tem o que plantar, porque a chuva não veio, já teve prejuízo com o feijão, com a soja, com o milho, com o café, que vai sentir profundamente essa seca, na próxima florada. E se Deus quiser, este ano não haverá geadas fortes, porque senão isso viria complementar a desgraça da agricultura deste País.

Esse é um exemplo negativo, possamos abrir os olhos para esse problema que é gravíssimo. Precisamos olhar o agricultor como um todo e não como o ciclo de uma safra.

Tenho a impressão, nobre Deputado, que talvez agora, depois desta fase negativa e triste para todos nós, possa o Governo modificar — como V. Ex.^a preconizou — a modificação da política agrícola do País, para que possamos dar um pouco mais de tranquilidade ao homem do campo, porque ele ainda conta com dificuldades das intempéries; é a falta de chuva, é a falta de seca, são as geadas, granizo e tantas outras catástrofes, que se abatem sobre a agricultura.

Portanto, nobre Deputado, nós comungamos com V. Ex.^a — repito — nessa preocupação. Em nossa região o agricultor está enfrentando sérias dificuldades. E só para lembrar um detalhe: a Proagro, que veio em boa hora, cobre, quando total a perda, apenas 80 por cento. Em termos de percentual, é muito grande. Mas, os 20 por cento de sobra, eu perguntaria ao Deputado que milita como nós na agricultura, de onde o agricultor vai tirar esse restante, um quinto do financiamento que ele pegou para a agricultura que foi totalmente frustrada.

Nobre Deputado, temos que rezar, pedir a Deus, que o

Governo tenha condições, de, nesse momento crítico para a agricultura, porque, como diz o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, são 70 por cento de nossas divisas. O apoio dado pela indústria é muito grande, mas quem responde eficazmente pela balança comercial do Brasil é a agricultura.

Talvez esta hora seja a hora de termos ouvidos para que possamos ouvir o agricultor, o homem que sustenta a Nação, e damos a ele o alento e a esperança tão necessária.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu que agradeço, nobre Deputado.

Continuando ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de chegar ao Norte do Paraná, verifiquei um outro detalhe que está causando muita tristeza e aflição: a falta de água.

Grande parte das cidades que visitamos, principalmente no Sudoeste, é só vendo para se acreditar, como o Rio Iguaçu está baixo, e tantos outros rios estão nas mesmas condições.

Quando, na semana passada em Salgado Filho, um rio que inclusive corta a cidade bem no seu meio, está totalmente seco. Rios na região de Santo Antônio, Barracão, totalmente secos, sem correr mais uma gota de água.

Principalmente os produtores, aqueles que tem o suíno, vendendo o seu rebanho, vendendo as suas matrizes, para serem abatidas, ou simplesmente se dispondo delas, porque não há água para se dar a estes animais. Há muitos suinocultores, com quem conversamos, que estão transportando água de 12, 15 km, diariamente, de tambor ou em carro pipa, pagando transporte de carro pipa, para poder dar água para seus porcos.

Esta a dedicação, este o amor que o agricultor tem com seus produtos, com tudo o que lhe é caro, é que deveria ser pesado também. E muitas vezes, é o que nós não entendemos. Por outro lado, estamos também indo para a região do Norte do Paraná, uma outra grande preocupação que se abate naquela região, principalmente com o trabalhador assalariado.

Ainda agora, estamos atravessando por pequena que seja a safra de café no Norte do Paraná, mas ainda uma fonte de serviço de trabalho para aquele trabalhador denominado bóia-fria. Daqui 15, 20 dias, terminará, ou no máximo, 30 dias, irá terminar a colheita do café. E depois, onde que todos estes milhares de bóias-frias, estes milhares de agricultores com esta única profissão de agricultura, onde vão trabalhar para manter sua família?

Outro dia, tivemos a oportunidade, depois de ouvirmos muitos trabalhadores, de através de uma entrevista dizer que nós não estávamos preocupados, inclusive, com a possibilidade de vir até haver assaques na cidade. E o jornalista deu um destaque maior exatamente a isto aí, houve, inclusive, contestação. Apareceram até proprietários dizendo que estão pagando 50 cruzeiros por dia. Mas ele não paga para o bóia-fria. Ele paga para o dono do caminhão. Ele paga para o gato, porque além do lucro, do agenciamento do serviço, além de pagar os transportes, a gasolina e todas as despesas — que lhe dá o transporte, não é bóia-fria que recebe os 50 cruzeiros.

Agora, ele não tem domingo remunerado, ele não tem férias, ele não tem 13º, nada disto lhe é computado. E, ultimamente, tenho dito o seguinte, até há um ano atrás, dez meses atrás, realmente, quando eu falava do problema do bóia-fria, eu falava através de suposição. Hoje não. Hoje nós fizemos um trabalho que realizamos em 167 municípios do Paraná, entrevistamos quase 17 mil bóias-frias, num questionário com 65 quesitos cada questionário e hoje, nós temos uma idéia da renda familiar do bóia-fria, que pouco ultrapassa a metade do salário-mínimo, onde mora, o número de filhos, o grau de alfabetização deles.

Hoje realmente, a gente tem uma imagem do que é realmente a vida do bóia-fria em nosso Estado. E é triste, porque como aconteceu recentemente, numa crítica a nossa pessoa, dizendo que nós estávamos exagerando, quando dissemos que

poderia haver invasão na cidade, a invasão já há e há muito tempo. É só ir nas favelas, é só ir na periferia de todas as cidades do Paraná hoje e perguntar para aquelas pessoas que ali moram de onde vieram, é só entrevistar a delinquência juvenil, a prostituição que leva centenas e centenas de moças por toda esta cidade do Paraná, e procurar a origem da família deles. E talvez se não vier o da agricultura, se não for um trabalhador rural. E hoje, para aumentar a renda familiar, é obrigado a partir para o crime, para a prostituição, e eles, são os responsáveis por 70 por cento de toda a produção nacional. Esta responsabilidade deve pesar sobre os nossos ombros, a nossa responsabilidade é muito grande.

Porisso, gostaríamos que aqui ficasse firmada a nossa posição.

Hoje não vamos apresentar nenhum requerimento, porque sinceramente, com muita dor e muita tristeza eu digo que não sei se vale a pena ainda, apresentar algum trabalho, algum requerimento sobre este assunto, porque, até hoje, a tudo o que eu tenho apresentado, não tenho obtido qualquer resposta, qualquer atenção. E o problema se agrava. Os “bóias-frias” aumentando a cada dia, mais, eles que são homens e que têm esperanças iguais às nossas e que dizem: “Como é que vou tratar da minha esposa e dos meus filhos, ganhando de 20 a 25 cruzeiros por dia? Pagando o arroz, o milho e o óleo ao preço que pago?”

É tudo o mais que ele tem que comprar para a sustentação de sua família?

Nós esperamos de que realmente se faça alguma coisa em favor destes homens que trabalham na agricultura. Hoje, mais do que nunca, há necessidade de se investir na agricultura, esta, uma das fórmulas que nós achamos que poderia, realmente, fazer com que se evitassem alguns problemas que estão acontecendo, encontrar os meios de dar ao lavrador, tudo aquilo que ele deseja e quer — preço mínimo garantido e suficiente para que tenha condições de produzir e produzir bastante, e na hora da dificuldade como a que estamos atravessando, possa ele realmente encontrar as soluções.

Ainda hoje o editorial da “Gazeta do Povo”, chama a atenção para o problema de daqui a algum tempo, quando poderá, a carência de produtos, aumentar ainda mais esta dificuldade, a seca que estamos atravessando, esta longa estiagem, problemas de doenças, os nossos ambulatórios médicos repletos, os hospitais com pessoas até pelos corredores, exatamente devido a situação que estamos atravessando, do problema climático do nosso Estado.

O Sr. Muggiati Filho — V. Ex.^a permite um aparte? — (Assentimento) Deputado Lázaro Dumont, gostaria de trazer a V. Ex.^a, uma modesta colaboração, no sentido de registrar, juntamente com os fatos que V. Ex.^a traz a esta Casa, aqueles que também dizem respeito à informação técnica que obtivemos e que ainda agravam mais a situação porque passa, para situar o problema, a região conhecida por mim como Norte Novo ou como Norte Velho.

Se os cafezais foram mais atingidos pela geada de 75, veja V. Ex.^a que, segundo os técnicos no assunto, os problemas atingem a sua maior gravidade, pelo fato de que, hoje, essas duas regiões, principalmente, estão completamente desmatadas, porque o café, quando existia bem formado, ele correspondia a mais ou menos 30 por cento sobre a mata existente; uma plantação de café devidamente formada, pode ser equivalente a 30 por cento de mata. E hoje, V. Ex.^a que percorreu a região não vê, além da escassez existente de matas, não vê mais o café formado, vê, isto sim, salvo raríssimas exceções, o café em formação, que também está sendo atingido por esta geada, com as lavouras a meu ver também escassas porque nem todos estão replantando as suas lavouras.

A economia do Paraná deverá atravessar, logicamente, um período de mudanças que nós não podemos aquilatar os

os seus reais efeitos.

Então, veja V. Ex.^a que em todo este tempo decorrido, a preocupação máxima e isso o próprio Governo reconhece, do governo, não tem sido o homem, quer nos parecer, que a preocupação maior do Estado, não deve ser ele próprio, mas, deve ser o "homem", o Estado deve existir em função do homem, e não o homem em função do Estado. De modo que, um processo de segurança e desenvolvimento não pode se sobrepor, ao principal interesse do homem, que seria o processo educativo. E o que está ocorrendo, já tive oportunidade de me referir uma vez a isso, e sem outra pretensão confesso a V. Ex.^a que continuo estudando esse assunto mas, para mim, as desinteligências havidas, entre interpretação que o homem do campo, o bóia-fria, deu à lei, a interpretação que o seu antigo patrão deu à lei, tirou-o da propriedade agrícola. Hoje, V. Ex.^a não vê o homem localizado na propriedade agrícola. E o que o Estado deveria fazer era quase que obrigar o trabalhador a permanecer na propriedade agrícola.

Porque ele teria muito melhor condição de vida ali dentro da propriedade agrícola. Não numa situação como esta, em que V. Ex.^a depara com fatos, eu permito me alongar um minuto a mais, para dizer a V. Ex.^a isso, como este, já no Município de Arapongas, o cidadão vendeu trinta cabeças de gado de primeira linha, gado de frente, como chamam, por 50 mil cruzeiros. O desespero já está se apossando dos nossos pecuaristas, porque já se apossou também dos lavradores de há muito. O trigo plantado não está saindo. Nós não sabemos realmente, o que será o ano de 79, o que vamos ter pela frente, não só em 79, mas nestes anos que virão. Por isso, a minha contribuição para V. Ex.^a, se V. Ex.^a permitir, gostaria de registrar, o que o nosso País precisa fazer, o que o Estado precisa fazer, o que os que representam o Estado, que agem em nome do Estado, precisam fazer, Deputado Lázaro Dumont, é pensar em primeiro lugar, no homem brasileiro, para depois pensar no Estado.

Muito obrigado a V. Ex.^a e congratulo-me com V. Ex.^a pela sua oportunidade, e mesmo pelo tão patriótico com que é proferido.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica que o tempo de V. Ex.^a esgotou e lhe concede tempo para as conclusões.

O SR. LÁZARO DUMONT — Irei concluir, lendo um tópico também da "Gazeta do Povo", do dia 26 de abril:

"E o Paraná, e como ficamos nós, do Paraná.

Perdemos já 4 milhões de toneladas de grãos. Isto representa um total de 27 por cento de todo o produto bruto que se esperava para a agricultura paranaense deste ano, equivalendo a 12 por cento da renda gerada pelo Estado, segundo a previsão orçamentária vigente.

E quais as perspectivas, daqui para frente? Temos que convir que serão profundamente lamentáveis. Se nos próximos dez dias não chover, a lavoura de trigo, que é a grande cultura que se esperava para esta época, estará simplesmente arrazada. Não colheremos, por exemplo, as estimadas 2,3 milhões de toneladas desse cereal. Além disso, espera-se a perda de 20 mil toneladas de feijão, das secas."

É realmente lastimável, e encerramos aqui, as nossas palavras, tornando a reafirmar o que dissemos no início; acreditamos nós que esta dificuldade que estamos atravessando, esta longa estiagem que nós temos hoje, estamos hoje vivendo, seja o grande advogado da causa do agricultor, para uma mudança na política agrícola brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Consulta à Liderança do MDB, sobre se deseja ocupar o espaço que regimentalmente lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto à Liderança da Arena, sobre se deseja ocupar o horário que lhe é regimentalmente

reservado. — (Declinado).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 138/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conferir ao Poder Executivo, autorização para permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, cuja metragem e características que especifica. Parecer Favorável da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Pediria a V. Ex.^a Sr. Presidente, que procedesse a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Deferido. Será procedida a verificação de votação.

12 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação nem para prosseguimento da sessão.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitaria, se possível, que V. Ex.^a determinasse a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência faz uma concessão e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitaria que V. Ex.^a mandasse verificar os Deputados presentes à CPI, a fim dos mesmos virem a plenário no momento da votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência vai levar em consideração o que o ilustre líder da Arena requer em Questão de Ordem, muito embora conflitem reuniões das Comissões Técnicas especiais e de Inquérito no horário das sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário.

Todavia, como esta reunião da Comissão Parlamentar que trata da Economia Paranaense instalou-se às 10 horas, sem interrupção, salvo para almoçar, nos 30 minutos concedidos, a Presidência determinará à Assessoria que faça um levantamento dos Srs. Deputados presentes no Pequeno Auditório, na sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito, que trata da Economia Paranaense. E determina aos demais Srs. Deputados que possam se encontrar em seus Gabinetes, que venham a este Plenário, após o que o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados. — (Pausa).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Responderam a chamada 20 Srs. Deputados.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da desparanização da Economia do Paraná, estão presentes os Srs. Deputados: Renato Bernardi, Werner Wanderer, Deni Schwartz

Enéas Faria, Trajano Bastos, Lineu Turra, Egon Pudell e Augusto Carneiro.

A Presidência, para justificar a presença desses 8 Srs. Deputados, teria que considerar quorum regimental para deliberação.

Por esta razão, a Presidência suspende a sessão por 2 minutos, tempo para que aqueles Srs. Deputados possam comparecer ao plenário, para a votação da Ordem do Dia, após o que, a sessão terá prosseguimento.

(Suspensa a sessão por dois minutos).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

DISCUSSÃO ÚNICA — do requerimento de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, solicitando vinte (20) dias de licença para tratar de assuntos particulares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, abaixo assinado, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, solicitar uma licença de vinte (20) dias, a partir de 20 de abril, licença essa sem vencimentos, para tratar de assuntos de interesses particulares.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1978.

(a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

— Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a remessa de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, consubstanciado em pedido de informações, sobre de que forma a COHAB-CT se ressarcia do dinheiro aplicado nas diversas instituições. —

A Presidência mantém decisão de sessão anterior. — Não o recebe.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anibal Manfroni. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, visando a criação de uma agência no Município de São João do Itaipó. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Fazenda e Agricultura, no sentido de que sejam postas em execução com urgência, as medidas de amparo às lavouras. Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Agricultura e Superintendente da SUNAB, encarecendo a criação de uma agência da SUNAB em Londrina. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, em forma de apelo, no sentido de que se digne determinar a implantação de um ambulatório do referido órgão previdenciário, que atenda toda a micro região de Cascavel. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos e congratulações ao Sr. Presidente da República e Ministros da Educação e Cultura e da Fazenda, bem como ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, pela indicação do Senador João de Mattos Leão, para o cargo de Diretor da 6ª Região do Banco do Brasil, que compreende os Estados do Paraná e Santa Catarina. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de determinar a recuperação da pista asfáltica da BR-376, rodovia Apucarana a Maringá. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 04, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 178/77.

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — da Proposição nº 538/77.

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 09, 16, 18 e 21/78.

EM VOTAÇÃO DISCUSSÃO ÚNICA — do Requerimento do Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 05, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 2 e 03/78.
Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 159/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3740, de 26 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar JOÃO BATISTA VALIN, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Edilson Alencar Barbosa, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1978,

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA Nº 160/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3263, de 17 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

constituir Comissão de Sindicância, composta pelos funcionários ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA e JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES, para, sob a presidência do primeiro, apurar os fatos constantes do protocolado nº 3263, de 17 de abril de 1978, na conformidade do disposto nos artigos 307 e 313, e respectivos parágrafos, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA Nº 161/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3873, de 28 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária MADALENA MARIA DE LIMA, matrícula nº 266, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 02 de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA Nº 162/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3579, de 25 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, da funcionária CECÍLIA KURECK STUART, matrícula n.º 530, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 163/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3517, de 24 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, da funcionária ZENAIDE SILVA FILPO, matrícula n.º 410, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 164/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3607, de 26 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, da funcionária LEONOR HILGERT MORAES, matrícula n.º 078, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 165/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3836, de 27 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário ACÁCIO TAQUES DE ARAÚJO, matrícula n.º 054, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao

exercício de 1977, a partir de 02 de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 166/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3194, de 14 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário LAERTES LUIZ FOGGIATO, matrícula n.º 456, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para Secretariar a Comissão Especial destinada a apreciar o Projeto de Lei Complementar n.º 177/77, que trata sobre a estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 167/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2539, de 30 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, JOSÉ BARBOSA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 02 de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 168/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3826, de 27 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária JACYRA MACHADO BINI, matrícula n.º 208, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1977, a partir de 02 de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral